

Constituinte debate o neoparlamentarismo

Josemar Gonçalves

A partir da próxima semana, deverá começar a ser alterada a proposta — quatro anos de mandato para o presidente Sarney e seus sucessores, sob um regime de governo neoparlamentarista — do relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça. No primeiro debate realizado ontem após a apresentação do relatório, algumas emendas já foram sugeridas pelos constituintes.

O deputado Humberto Souto (PFL-MG) por exemplo, quer seis anos de mandato para Sarney e quatro ou cinco para os futuros presidentes, mas vigorando desde a promulgação da nova Constituição o sistema semiparlamentarista. Ele foi o único a pronunciar-se sobre a duração do mandato do atual presidente. Enquanto os outros constituintes preocuparam-se mais em indagar ao relator como ele chegou aos quatro anos propostos, sem reeleição.

Fogaça explicou que a opção pelo mandato de quatro anos não foi escolha pessoal, mas resultado de uma pesquisa entre 88 constituintes dos 587 — 16% — que apontaram as seguintes referências: 1% pelo seis anos, 40% pelos cinco anos e 56% por quatro anos. Esses percentuais foram confirmados por pesquisas mais amplas realizadas por jornais.

Os mecanismos que irão estabelecer a correlação de for-



A proposição de Fogaça (C) será debatida semana que vem

ças entre o Executivo e o Parlamento no novo sistema também começaram a ser debatidos ontem. O deputado parlamentarista Bonifácio de Andrada (PDS-MG) pretende apresentar emenda sugerindo que a escolha do primeiro-ministro seja da seguinte forma: a Câmara Federal leva ao presidente da República uma lista tripla de nomes que podem ser recusados até três vezes. Se a recusa presidencial persistir, cabe à Câmara eleger o primeiro-ministro.

Esse sistema dá muito mais força ao Parlamento usando-se como referência a proposta do relator, que prevê a nomeação do primeiro-ministro pelo

presidente, ouvidos os partidos da maioria. Abrindo a possibilidade de a Câmara votar moção reprovatória ou de desconfiança contra o primeiro-ministro e todo o ministério.

Já o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente da Frente Parlamentarista e integrante da Comissão de Sistematização, pretende sugerir outro mecanismo: o presidente tem o direito de indicar o primeiro-ministro por três vezes, se a Câmara rejeitar a todos, o Senado apresenta à Câmara a quarta opção, que se não for aceita implica na sua dissolução, com convocação de novas eleições.

Como atua o 1º Ministro

Na seção V do anteprojeto elaborado pelo relator da Subcomissão do Poder Executivo, que integra a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, senador José Fogaça (PMDB-RS), após a análise de duas centenas de propostas, surge uma nova figura no primeiro escalão da República: o Primeiro-ministro.

E dentro do neoparlamentarismo proposto, caso venha a vigor, os dois primeiros artigos da seção V (28 e 29) explicitam o seguinte:

ART. 28 — O Primeiro-ministro é nomeado pelo presidente da República após consulta ao partido ou partidos que compõem a maioria parlamentar, dentre cidadãos brasileiros com mais de 35 anos, podendo ou não ser membro do Congresso Nacional.

ART. 29 — O Primeiro-ministro, no exercício das funções, gozada confiança do Congresso Nacional, salvo expressa moção reprovatória ou de desconfiança.

Os estudos feitos sobre a atuação de um Primeiro-ministro num futuro governo brasileiro foram consolidados em 20 itens, que delimitam sua

competência, e nesses itens ou parágrafos, alguns como os que se seguem, delimitam a competência desta nova figura de poder:

Compete ao Primeiro-ministro exercer, com o auxílio dos ministros de Estado, a direção superior da administração e também, com a colaboração dos ministros de Estado, elaborar o plano de governo e, após a apreciação do presidente da República, apresentá-lo perante o Congresso Nacional.

Funções

A força de um Primeiro-ministro, entre outras coisas, pode ser dimensionada pelo seguinte dispositivo constitucional: cabe a ele submeter a apreciação do presidente da República, para serem nomeados ou exonerados, por decreto, os nomes dos ministros de Estado. Ele poderá, também, manifestar-se sobre os projetos de lei de iniciativa do presidente da República, bem como propôr veto ou pedido de reconsideração aos que forem aprovados pelo Congresso Nacional, promover e extinguir cargos públicos federais, na for-

ma da lei; acumular temporariamente qualquer ministério e dispor sobre a estrutura e o funcionamento da administração federal, na forma da lei.

Seu diálogo com o Congresso Nacional será muito íntimo, seja prestando contas, anualmente, em relação ao exercício anterior dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa ou semestralmente, apresentando relatórios sobre a execução do plano de governo. E dessa aproximação, mais uma competência que lhe é atribuída pelo anteprojeto, ora em discussão e análise na Subcomissão do Poder Legislativo: acompanhar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, com a colaboração dos ministros a cujas pastas se relacionar a matéria.

O senador José Fogaça, quando da apresentação de seu relatório, foi claro ao falar do porque da opção por um regime parlamentarista: "Propomos um modelo neoparlamentarista, com a presença viva e atuante do presidente da República, depositário da esperança popular. Com isso, estamos dando um passo para a frente".



Sistema de saúde pode ser estatal

A organização do setor saúde deve ser reformulada, buscando-se maior racionalidade, através da unificação dos órgãos nos diferentes níveis de governo. O novo sistema será estatal e a iniciativa privada só atuará como complementação desde que se sujeite às regras de direito público. Os trabalhadores rurais só poderão se aposentar aos 55 anos de idade, mas a seguridade social será estendida a todos, não podendo ser inferior ao salário mínimo qualquer tipo de benefício. Será considerado crime ou genocídio, conforme a gravidade, o descumprimento das novas normas do meio ambiente, ficando proibida no país a instalação de novas usinas nucleares.

Estas são as principais propostas do anteprojeto de norma constitucional apresentado pelo deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), relator da Subcomissão de Saúde, Seguridade Social, Meio Ambiente e Ecologia da Constituinte.

Para elaborar o texto com 24 artigos, a subcomissão ouviu 32 pessoas das mais representativas dos três setores durante oito reuniões regimentais e sete extraordinárias. Foram enviadas 54 sugestões à subcomissão presidida pelo deputado José Elias Murad (PTB-MG), prevendo-se muitas alterações no texto original.

O maior "lobby" da estatzatização dos serviços de saúde — o movimento sanitário nacional — reuniu-se ontem em plenária no auditório do Congresso Nacional para fechar questão sobre a urgente necessidade de uma ampla reforma sanitária no país e da unificação do setor, mesma tese defendida pelo relator da subcomissão de saúde, deputado Carlos Mosconi. Ao final do dia foi entregue ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um documento consensual com seis tópicos que os organizadores do encontro preveem deva receber mais de 1 milhão de assinaturas.

A principal atração foi o ex-jogador de futebol Sócrates, que também é médico e apoia integralmente o movimento sanitário nacional. Estiveram presentes representantes de todas as entidades brasileiras do setor e das plenárias regionais de saúde.

Bornhausen quer ensino comunitário

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, defendeu a destinação das verbas públicas para as escolas oficiais e comunitárias, a fixação de um percentual maior para o ensino na futura Constituição, e a priorização de educação básica sem prejuízo para as de 2º e 3º graus, em seu depoimento à Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes. Mesmo depois de encerrado o prazo para as audiências públicas a entidades e "notáveis", os parlamentares compareceram em peso para assistir à palestra de Bornhausen.

O relator, senador João Calmom (PMDB-ES), ainda não entregou seu anteprojeto, pois aguardava, há duas semanas, a participação do

ministro da Educação. "Não se pode fazer um relatório sem ouvir os ministros da área", disse ele, referindo-se também ao ministro da Cultura, Celso Furtado, que compareceu à Subcomissão no dia anterior. Jorge Bornhausen iniciou seu depoimento fazendo um resumo de todos os programas governamentais desenvolvidos por seu ministério, o que valeu um reprimenda do deputado Florestan Fernandes (PT/SP).

— Contrariando a máxima conhecida, o senhor demonstrou que a melhor forma de defesa não é o ataque, mas a linha Maginot — disse o deputado, pedindo ao ministro "uma avaliação pessoal" da situação da educação no país, é não apenas "oficial". A presença do

ministro da Educação foi acompanhada de faixas e cartazes da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e da UNE (União Nacional dos Estudantes), exigindo a exclusividade das verbas públicas para as escolas oficiais, espalhadas pela sala de reunião da Subcomissão. O presidente, deputado Hermes Zeneti (PMDB-RS), "democraticamente", pediu apenas que as faixas não atrapalhassem a visão da mesa.

Jorge Bornhausen, em seu depoimento, lembrou aos parlamentares que há 20 milhões de analfabetos no país e 30 por cento de evasão de alunos nas escolas de 1º grau, indicando como solução a descentralização da fundação Educar.



Sócrates também participou